

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.551.708 - PR (2015/0213361-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO OG FERNANDES**  
**RECORRENTE** : CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ  
**ADVOGADO** : ANTÔNIO FRANCISCO CORRÊA ATHAYDE E OUTRO(S) - PR008227  
**RECORRIDO** : ANTONIO MARSENGO  
**RECORRIDO** : EDSON LUIZ RODRIGUES FERREIRA  
**RECORRIDO** : LUZIA TOKARSKI  
**RECORRIDO** : RENATO STRAUBE SIQUEIRA  
**RECORRIDO** : TANIA REGINA STOLLE  
**RECORRIDO** : VIVIAN CURIAL BAETA DE FARIA  
**ADVOGADOS** : TANYA KRISTYANE KOZICKI DE MELLO - PR021614  
DANIEL FERREIRA - PR022980  
**INTERES.** : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
**INTERES.** : UNIÃO

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná, com fundamento na alínea "c" do inciso III do art. 105 da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo TRF da 4ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 592):

ADMINISTRATIVO. CREA. FUNCIONÁRIO. CLT. REGIME JURÍDICO PARA A APOSENTADORIA. LEI 8.112/90. DL 968/69. ARTIGO 58, § 3º DA LEI 9.649/98. ADI 1.717 E 2.135. EC 19/98. CONECTÁRIOS.

- A Constituição da República de 1988 instituiu o Regime Jurídico Único, do qual se beneficiaram, nos termos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, somente os empregados que, em 05.19.88, haviam já completado pelo menos 5 (cinco) anos de exercício continuado nos respectivos empregos, os quais restaram transformados em cargos pelo § 1º do art. 243 da Lei n. 8.112/90. Esses servidores, malgrado terem ingressado no serviço público sem submeterem-se a concurso público, beneficiam-se com o Regime Jurídico Único. Os servidores que ingressaram posteriormente a 05.10.88 ou que nessa data não haviam completado 5 (cinco) anos de serviços continuados, somente se beneficiam do Regime Jurídico Único se aprovados em concurso público, nos termos do que estabelece o art. 39 da Constituição da República, o qual remanesce vigente à vista da declaração de inconstitucionalidade da Emenda Constitucional n. 19/98 que, malgrado tenha dado nova redação àquele dispositivo, foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal na ADIn n. 2.135.

- A declaração de inconstitucionalidade do art. 58 da Lei n. 9.649/98, exceção feita ao § 3º desse dispositivo (prejudicado) (ADIn n. 1.717), não

# Superior Tribunal de Justiça

interfere na decisão acerca da relação jurídica entre o servidor e os Conselhos. O Supremo Tribunal Federal entendeu ser indelegável uma atividade típica de Estado, que abrange poder de polícia, de tributar e de punir, a uma entidade privada. O § 3º do art. 58 da Lei n. 9.649/98 dispõe que os empregados dos conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas são regidos pela legislação trabalhista, sendo vedada qualquer forma de transposição.

- A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem reconhecido a aplicabilidade do Regime Jurídico Único aos contratados anteriormente à Constituição da República, obviamente preenchidos os requisitos supramencionados (STJ, REsp n. 820696, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, j. 02.09.08; EDResp n. 702315, Rel. Min. Laurita Vaz, j. 25.10.07; REsp n. 333064, Rel. Des. Fed. Conv. Jane Silva, j. 18.09.07). Os precedentes do Superior Tribunal de Justiça também indicam que o § 3º do art. 58 da Lei n. 9.649/98, cuja vigência em princípio ainda subsiste, inibe a aplicação do Regime Jurídico Único no âmbito dos conselhos de fiscalização de profissão regulamentada (STJ, REsp n. 1981719, Rel. Min. Thereza de Assis Moura, j. 09.11.06; AGREsp n. 330517, Rel. Min. Gilson Dipp, j. 16.05.06). Julgados deste Tribunal exigem os requisitos instituídos pelo art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para que possa ser aplicado o Regime Jurídico Único (TRF da 3ª Região, AMS n. 200361000138620, Rel. Des. Fed. Ramza Tartuce, j. 23.11.09; AMS n. 97030314481, Rel. Juiz Fed. Conv. Carlos Loverra, j. 20.09.07).

- Os conselhos de fiscalização profissional sempre ostentaram a condição de autarquia federal, ainda que *sui generis*, dado o seu caráter corporativo (cfe Lei 5.194/66). O disposto no art. 1º do DL 968/69, que submete o pessoal dos conselhos de fiscalização profissional, foi revogado pela norma constitucional superveniente, não prevalecendo em face de norma de estatutura hierárquica superior, que não faz distinção alguma entre a natureza das autarquias para fins de enquadramento do servidor no regime jurídico único.

- Antes da edição da Lei nº 9.649/98, os servidores das entidades de fiscalização eram estatutários, por força da Constituição Federal de 1988 e do art. 243 da Lei 8.112/90.

- Como os autores foram contratados sem concurso público, pelo regime celetista, quando do advento da nova ordem constitucional, em outubro de 1988, já contava com mais de 25 anos de tempo de serviço, sendo, pois beneficiário da estabilidade extraordinária veiculada pela norma constitucional transitória.

Os embargos de declaração opostos contra aludida decisão foram acolhidos parcialmente (e-STJ, fls. 631/635).

O recorrente alega a existência dissídio jurisprudencial quanto à conversão ao regime estatutário dos servidores que trabalham na autarquia desde a edição da Lei n. 8.112/1990, no qual deu interpretação divergente ao art. 1º do Decreto-Lei n. 968/1969.

Sustenta nulidade do julgado recorrido, por negativa de prestação jurisdicional, na forma do art. 5º, XXXV, da Constituição Federal.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Aduz, por outro lado, a incompetência absoluta da Justiça Federal para o exame da matéria após a edição da EC 45/2005.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 787/799).

Admitido o recurso especial na origem, os autos vieram-me conclusos.

É o relatório.

Inicialmente, cumpre esclarecer que não cabe ao Superior Tribunal de Justiça, em recurso especial, examinar violação do texto da Constituição da República, em particular, no que se refere ao art. 5º, XXXV.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO AJUIZADA CONTRA AUTARQUIA FEDERAL. COMPETÊNCIA TERRITORIAL. ART. 109, § 3º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. INVIABILIDADE DE EXAME.

1. O recurso especial não é via adequada para analisar suposta ofensa a dispositivo constitucional, uma vez que reverter o julgado com base em dispositivo constitucional significaria usurpar competência que, por expressa determinação da Carta Maior, pertence ao colendo Supremo Tribunal Federal, e a competência traçada para o STJ, em recurso especial, restringe-se unicamente à uniformização da legislação infraconstitucional.

2. Conforme assinalado na decisão agravada, o provimento atacado foi proferido em sintonia com a jurisprudência consolidada neste Superior Tribunal, no sentido de que, nas ações ajuizadas contra autarquias federais, cabe ao autor a eleição do foro competente. No entanto, a faculdade que a legislação autoriza é de escolher o foro da sede da autarquia federal, sua agência ou sucursal, onde delinearão-se os fatos que geraram o litígio, conforme as regras contidas no art. 100, IV, "a" e "b", do Código de Processo Civil.

3. Agravo regimental a que se nega seguimento.

(AgRg no REsp 1.076.786/PR, Rel. Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, julgado em 19/3/2013, DJe 25/3/2013)

No mais, a Corte de origem reconheceu o direito dos recorridos com base nos seguinte (e-STJ, fl. 586):

Com relação aos funcionários dos conselhos Profissionais admitidos sem concurso público e pelo regime celetista antes de 05.10.1988, a mutação de regime jurídico para o estatutário somente se aplica àqueles que ostentavam no mínimo cinco anos de exercício continuado quando do advento da CF/88. Isso porque o artigo 39 (redação originária) da CF/88 e seu artigo regulamentador (art. 243 da Lei n. 8.112/90), que previram o regime jurídico único, devem ser lido em consonância com artigo 19 do ADCT, que trouxe citado requisito temporal.

Verifica-se que a questão controvertida foi decidida pelo Tribunal de origem sob enfoque eminentemente constitucional, matéria insuscetível de ser

examinada em recurso especial, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido:

PREVIDENCIÁRIO. DEVOLUÇÃO DE VALORES RECEBIDOS INDEVIDAMENTE À TÍTULO DE PENSÃO POR MORTE. NÃO INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS VIOLADOS. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA N. 284/STF. IMPRESCRITIBILIDADE DA AÇÃO DE RESSARCIMENTO. QUESTÃO DECIDIDA COM FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. INVIABILIDADE DE EXAME EM RECURSO ESPECIAL.

I - Na origem, cuida-se de ação ajuizada em desfavor do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, objetivando impedir que a Autarquia Federal realize descontos em sua aposentadoria por invalidez a título de reposição de valores de pensão por morte recebidos indevidamente.

II - Considera-se deficiente a fundamentação do recurso que deixa de estabelecer, com a precisão necessária, quais os dispositivos de lei federal que considera violados, para sustentar sua irresignação pela alínea a do permissivo constitucional, o que atrai a incidência por analogia do enunciado n. 284 da Súmula STF.

III - O Tribunal de origem entendeu pela imprescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário com fundamento no art. 37, § 5º, da Constituição Federal e em entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal. Assim, é inviável a análise da pretensão em recurso especial, uma vez que a adoção pela instância ordinária de fundamento constitucional na solução da lide, inviabiliza o conhecimento do recurso especial.

IV - Recurso especial não conhecido.

(REsp 1.765.724/RS, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 7/2/2019, DJe 14/2/2019)

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA DE PROFESSOR. FATOR PREVIDENCIÁRIO. NÃO INCIDÊNCIA. ACÓRDÃO RECORRIDO COM FUNDAMENTO EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL. VIOLAÇÃO DO ART. 949, PARÁGRAFO ÚNICO, CPC/2015. OBSERVÂNCIA DE JULGADO DO STF.

VIA INADEQUADA.

[...]

2. O Tribunal de origem resolveu a controvérsia sob fundamento eminentemente constitucional ao declarar a inconstitucionalidade do art. 29 da Lei 8.213/1991, sem redução do texto, e dos incisos II e III do § 9º do mesmo dispositivo, com redução de texto, cerne da irresignação da autarquia. Em tal contexto, o recurso especial é inviável, sob pena de usurpação da competência reservada pela Constituição ao Supremo Tribunal Federal.

3. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, não provido.

(REsp 1.702.750/RS, de minha relatoria, SEGUNDA TURMA, julgado em 6/3/2018, DJe 13/3/2018)

# *Superior Tribunal de Justiça*

Além disso, quanto à alegada divergência jurisprudencial apontada, ela não foi comprovada nos moldes exigidos nos arts. 1.029, § 1º, do CPC/2015 e 255, § 1º, do RISTJ, uma vez que o agravante apenas transcreveu as ementas dos julgados que entendeu favoráveis à sua tese, sem realizar o necessário cotejo analítico entre a fundamentação contida nos precedentes invocados como paradigmas e no aresto impugnado.

No aspecto:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO POPULAR. LESIVIDADE PATRIMONIAL AFERIDA, NA ESPÉCIE. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO, NAS RAZÕES DO RECURSO ESPECIAL, DO DISPOSITIVO LEGAL QUE, EM TESE, TERIA SIDO VIOLADO OU QUE TERIA RECEBIDO INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO DEMONSTRAÇÃO, NOS MOLDES LEGAIS E REGIMENTAIS. SÚMULA 284/STF, APLICADA POR ANALOGIA. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão que julgara Recurso Especial interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/2015.

II. Na origem, trata-se de Ação Popular proposta contra o Município de Alto Rio Doce/MG, Wilson Teixeira Gonçalves Filho e Denise Aparecida da Anunciação Costa, alegando o autor, em síntese, que o réu Wilson, na qualidade de Prefeito do Município, contratou a ré Denise, diretamente, sem realização de prévio concurso público ou processo seletivo. Pugna o autor popular pela declaração de nulidade do contrato administrativo e a condenação do réu Wilson a ressarcir, ao Erário municipal, todos os vencimentos, gratificações, diárias de viagens, indenizações e horas extras, que foram pagos, durante o período de vigência do contrato impugnado. O Tribunal de origem manteve a sentença de procedência da ação.

III. A falta de particularização dos dispositivos de lei federal que o acórdão recorrido teria contrariado ou aos quais teria atribuído interpretação divergente consubstancia deficiência bastante a inviabilizar o conhecimento do apelo especial, atraindo, na espécie, a incidência da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia"). Nesse sentido: STJ, AgInt no REsp 1.257.119/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 28/03/2019; AgInt no REsp 1.627.362/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 26/02/2019.

IV. Nos termos do art. 1.029, § 1º, do CPC/2015 e do art. 255, § 1º, do RISTJ, a divergência jurisprudencial exige comprovação - mediante a juntada de certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicado o acórdão divergente, ou ainda com a reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte - e demonstração, esta, em qualquer caso, com a transcrição dos trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem

# *Superior Tribunal de Justiça*

os casos confrontados, não bastando a simples transcrição de ementas, sem realizar o necessário cotejo analítico - como ocorreu, no caso -, a evidenciar a similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas apontados e a divergência de interpretação.

V. Agravo interno improvido.

(AgInt no REsp 1.782.946/MG, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe 29/4/2019)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Ministro

